



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ESTUDANTIS DO PIAUÍ

FILIADA À CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO ESCOLAR

Email: feepi.piaui@gmail.com

CNPJ 18059361/0001-79



SELETIVA ESTADUAL FEEPI DE FUTSAL ESCOLAR SUB 18 MASCULINO E FEMININO

REGULAMENTO GERAL 2025

CAPÍTULO I – DAS FINALIDADES

Art. 1º – **A Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**, é uma competição escolar que integra o Calendário de Desporto Escolar - 2025, e tem por objetivo incentivar, no meio estudantil, a prática desportiva, enaltecendo os benefícios educacionais e comportamentais inerentes a atividade como: espírito de equipe, cooperação, amizade e disciplina.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO

Art. 2º – **A Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**, é um evento promovido e realizado pela FEEPI.

Parágrafo Único – Todas as Instituições de Ensino participantes, bem como alunos(as) e familiares, dirigentes, árbitros e técnicos serão submetidos às normas, regulamentos, regimentos e determinações técnicas e disciplinares do Comitê Organizador.

CAPÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 3º – Ao Comitê Organizador, definido pela Federação de Esportes Estudantis do Piauí - FEEPI, caberá estimular a participação das Instituições de Ensino, fazendo uso dos meios de divulgação ao seu alcance.

Art. 4º – É de responsabilidade do Comitê Organizador:

- a) Acompanhar e supervisionar permanentemente a competição;
- b) Realizar a coordenação técnica do evento e a supervisão do evento;
- c) Coordenar os atendimentos médicos e de segurança;
- d) Inspeccionar os locais e instalações esportivas a serem utilizados durante a competição;

e) Elaborar a programação esportiva, a apuração dos resultados e a elaboração dos boletins técnicos oficiais, bem como supervisionar a arbitragem.

CAPÍTULO IV – PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Art. 5º – **A Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**, será realizado no mês de junho de 2025, na cidade de Teresina, no Estado do Piauí. Caberá a cada instituição de Ensino inscrita adaptar-se à programação do Comitê Organizador, devidamente divulgada por meio de Notas Oficiais, Boletins, etc.

CAPÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO

Art. 6º – Somente poderão participar da **Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**, as equipes e alunos(as) de Instituições de Ensino filiadas à Federação de Esportes Estudantis do Piauí - FEEPI, que estão em dia com suas obrigações estatutárias com a FEEPI ou àquelas autorizadas pelo Comitê Organizador.

Parágrafo Único: Em caráter extraordinário, todos os estudante-atletas inscritos, bem como os membros da Comissão Técnica, estarão automaticamente registrados na FEEPI, com validade de filiação anual até o dia 31 de dezembro de 2025, a partir da referida inscrição.

Art. 7º – Somente poderão participar do Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino, alunos-atletas nascidos(as) **exclusivamente nos anos de: 2007, 2008 e 2009 na categoria Sub-18.**

Parágrafo Único: Os estudantes-atletas que tiverem idade igual a 18 (dezoito) anos completos no dia da competição poderão participar normalmente da competição, desde que, seja respeitado os anos de nascimento referentes a cada categoria, descrito no artigo anterior.

§ 1.º – Cada Instituição de Ensino poderá inscrever apenas 01 (uma) única equipe por gênero, composta de no mínimo 08 (oito) estudantes-atletas e no máximo 20 (vinte) estudantes-atletas. A comissão técnica será formada por 01 (um) técnico e 01 (um) auxiliar técnico, sendo o limite de uma dupla

para cada gênero na **categoria Sub-18**, a competição será seletiva para a fase nacional do Campeonato Brasileiro Escolar de Futsal.

§ 2.º – Para integrar a equipe escolar, e representar o Estado na etapa nacional, o estudante-atleta deverá ter sido matriculado na Instituição de Ensino, até o dia 30 de abril de 2025.

§ 3.º – O professor-técnico que acompanhará a equipe durante o Campeonato Estadual, seletivo para o Campeonato Brasileiro Escolar de Futsal, deverá, obrigatoriamente, manter vínculo empregatício comprovado com a Instituição de Ensino participante. Caso sejam identificados profissionais externos (técnico/apoiador não inscrito) instruindo a equipe, esta será sumariamente eliminada da competição, por descumprimento de presente regulamento.

Art. 8º – Somente poderão participar do **Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**, alunos(as) matriculados(as) e frequentando presencialmente curso regular de Ensino, Fundamental e Médio em uma única Instituição de Ensino e/ou Unidade Escolar, não tendo nenhum vínculo com Instituição de Ensino Superior.

Art. 9º - Todos os estudantes-atletas inscritos, deverão apresentar declaração de matrícula, RG e CPF ou qualquer documento oficial com foto no ato da inscrição, ou, quando solicitado pela FEEPI.

Art. 10º - Todos os estudantes-atletas de uma mesma equipe, devem pertencer a mesma instituição de ensino. Caso, haja descumprimento deste artigo, a equipe será desclassificada da competição.

§ 1.º – Os(as) alunos(as) matriculados(as) em mais de um curso regular do Ensino Médio não poderão disputar a **Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**, excluindo os cursinhos e supletivos e pré-vestibulares).

§ 2.º – Todas as equipes deverão ser dirigidas por profissionais de Educação Física da própria escola, devidamente inscritos no Sistema CONFED/CREFs – Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. No caso de haver preparador físico, médico, fisioterapeuta ou qualquer outro profissional especializado, os mesmos também terão que apresentar seu registro profissional do órgão competente.

§ 3.º – A constatação do descumprimento do artigo acima e dos parágrafos acarretará a eliminação dos(as) alunos(as) irregulares e da equipe infratora, bem como a perda dos pontos obtidos nas partidas em que ocorreu a participação dos(as) alunos(as) irregulares.

Art. 9º – Poderá participar do **Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**, o(a) aluno(a), técnico, dirigente e árbitro, que estiverem em condições de saúde, apto para a prática esportiva e de atividade física.

CAPÍTULO VI – DAS INSCRIÇÕES

Art. 10 – As inscrições deverão ser feitas, pelas Instituições de ensino no período de 20 a 31 de maio e pagamento das taxas conforme determinado nas portarias em vigor da FEEPI no Site: <https://feepi.cbde.org.br/seletiva-estadual-feepi-de-futsal-escolar-sub-18-masculino-e-feminino/>

ou link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdvBt_CuZe-z1VfqYbdDqIBRSI01tKpWe6rhJPTTHLFe8O43Q/viewform?usp=sf_link em seguida, no campo respectivo.

Art. 11 – **Não serão aceitas solicitações de inscrições fora dos prazos**, previstos no Regulamento Geral.

§ 1.º – Cada Instituição de Ensino filiada à FEEPI deverá preencher corretamente os procedimentos de inscrição autorizando a participação dos(as) alunos(as) da Instituição de Ensino, dando ciência e concordando com as condições e obrigações do **Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**.

§ 2.º – O diretor da instituição de ensino deverá assumir total responsabilidade pelas informações prestadas, bem como se comprometer a seguir este Regulamento Geral e outras possíveis determinações do Comitê Organizador.

§ 3.º – O Comitê Organizador do **Seletiva Estadual FEEPI de Futsal Escolar Sub 18 Masculino e Feminino**, poderá solicitar ao Diretor da Instituição de Ensino inscrito, em qualquer fase da competição, documentos que comprovem as informações prestadas, sendo que o não atendimento dessa

solicitação no prazo estipulado provocará a desclassificação sumária de alunos(as), dirigentes ou da equipe da respectiva Instituição de Ensino.

§ 4.º – O profissional de Educação Física inscrito deverá estar presente no início de cada jogo e antes do início da partida, os professores deverão apresentar à Comissão Organizadora as cédulas de identidade de todos os atletas e comissão técnica, sem o qual a equipe será impedida de iniciar a partida, sendo considerada perdedora por desistência.

§ 5.º – Na área de competição somente será permitida a presença de 01 (um) Técnico Profissional de Educação Física e 01 (um) Auxiliar Técnico. Todos terão que estar devidamente registrados nas fichas de inscrição da equipe, na súmula da partida.

§ 6.º – Os professores inscritos no evento, que eventualmente por motivo particular não possam dirigir a equipe, poderão ser substituídos na ficha de inscrição, mediante solicitação ao Comitê Organizador, via Ofício enviado pelo Diretor da Escola.

§ 7.º – A constatação de qualquer irregularidade e descumprimento dos parágrafos implicará na imediata desclassificação da equipe envolvida, sendo que os resultados obtidos, independentemente da fase em que isto ocorrer, serão retroagidos.

CAPÍTULO VII – DO MATERIAL ESPORTIVO E UNIFORME

Art. 12 – As equipes deverão apresentar-se para as competições devidamente uniformizadas, de acordo com as regras oficiais da FEEPI, coerentes com as da Confederação Brasileira de Futsal – CBFS.

§ 1.º – O uniforme dos(as) alunos(as)/atletas consiste em camisa numerada nas costas e na frente (obrigatório), calção, meias (todos da mesma cor ou cores) e tênis da modalidade (sem travas);

§ 2.º – Os goleiros deverão ter uniformes de cores diferentes da sua equipe e da equipe adversária e dos goleiros adversários.

§ 3.º – Os (as) alunos(as)/atletas que apresentarem fora dos padrões de uniformes estabelecidos neste artigo, não poderá participar da partida.

§ 4.º – Não serão permitidas improvisações nos uniformes, tais como: informações fixadas com fitas colantes, esparadrapos ou similares, presos com alfinete e/ou cliques, ou escritas à caneta.

§ 5.º – Não será permitido jogar com *piercing*, brinco, colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integridade física dos(as) alunos(as)/atletas.

Art. 13 – A bola oficial da competição será das dimensões especificadas na Regra Oficial da CBFS para a faixa etária.

CAPÍTULO VIII – DAS PARTIDAS

Art. 14 – Durante as partidas serão obedecidas as Regras Oficiais vigentes da CBFS/ISF, ressalvando-se o disposto nos demais artigos deste Regulamento Geral e decisões do Comitê Organizador.

Art. 15 – Em ambos os gêneros e categorias, masculino e feminino, as partidas serão disputadas em 2 (dois) tempos de 20 (vinte) minutos regulamentares, com tempo corrido, com intervalo de 5 (cinco) minutos entre eles.

Parágrafo Único – Cada equipe poderá solicitar 1 (um) tempo técnico por tempo de jogo, com duração de 1 (um) minuto cada e as substituições serão livres.

§ 1.º – O Técnico das equipes deverá entregar ao oficial da mesa a documentação dos atletas, 15 (quinze) minutos antes do horário previsto na tabela para o início da partida.

Parágrafo único: Se as duas equipes, árbitros e o representante de arbitragem estiverem presentes antes do horário previsto para o seu jogo, o mesmo poderá ser iniciado antecipadamente, desde que seja acordado entre todas as partes.

§ 2.º – No banco de reservas só poderão ficar os(as) alunos(as)/atletas e a Delegação inscrita: técnico e o auxiliar técnico (sendo estes: preparador físico, médico e/ou fisioterapeuta) respeitando o limite quantitativo permitido durante a partida, cujos nomes deverão constar na relação de inscrição.

Art. 16 – A entrada dos(as) alunos-atletas na quadra para o aquecimento será feita quando estiver livre e após a autorização do árbitro.

§ 1.º – Não serão fornecidas pelo Comitê Organizador as bolas para aquecimento da equipe.

§ 2.º – O tempo de aquecimento na quadra dependerá do término do jogo anterior.

§ 3.º – O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra, em local determinado pela Comissão Técnica.

Art. 17– A apresentação dos(as) alunos(as)/atletas de cada equipe será realizada após o término do tempo de aquecimento, quando solicitado.

Parágrafo Único – Na apresentação, as equipes deverão estar obrigatoriamente uniformizadas.

Art. 18 – Os jogos terão início à hora fixada, sendo considerada perdedora por ausência WxO a equipe que não se apresentar em condições de jogo no horário estipulado. Será concedida a tolerância de 5 (cinco) minutos a partir da primeira partida do cronograma do dia.

§ 1.º – A equipe que ganhar por WxO terá como seu placar o score de 10x00.

§ 2.º – Não serão aceitas justificativas de atraso motivado por fatos ocorridos de responsabilidade da equipe (perdeu a condução, esqueceu a documentação, enganou-se com o horário do jogo, esqueceu o uniforme). Os perdedores por WxO não serão desclassificados da competição.

§ 3.º – Em caso de empate nas fases eliminatórias, será realizada uma prorrogação de 5 (cinco) minutos. Persistindo o empate, serão cobradas 3 (três) “penalidades máximas” por estudantes-atletas distintos. Persistindo ainda o empate, serão cobradas penalidades máximas alternadas por distintos estudantes-atletas, até que haja um vencedor. Os estudantes-atletas excluídos no fim do tempo normal e da prorrogação de jogo não poderão participar das cobranças de penalidades máximas. Para efeito de critérios de desempate, serão computados todos os gols feitos e sofridos durante o jogo e a prorrogação.

§ 4.º – É obrigatório o uso de caneleira por todos os estudantes-atletas, confeccionadas por material apropriado e que propiciem efetiva proteção, devendo estar completamente cobertas por meios.

§ 5.º – Será suspenso automaticamente da partida seguinte o estudante-atleta ou dirigente que receber:

- a) 1 (um) cartão vermelho (expulsão) ou;
- b) 2 (dois) cartões amarelos (advertência).

§ 5.º – O estudante-atleta que completar o segundo cartão amarelo e for expulso na mesma partida deverá cumprir 2 (duas) partidas de suspensão automática.

§ 6.º – O estudante-atleta que receber o segundo cartão amarelo na mesma partida e, conseqüentemente, receber o cartão vermelho, terá anulado este segundo cartão amarelo.

§ 7.º – A aplicação da suspensão por cartão será automática, independente do resultado do julgamento a que for submetido o infrator, no âmbito da Comissão Disciplinar.

§ 8.º – A contagem de cartões, para fins de suspensão automática, é feita separadamente e por tipologia de cartão, não havendo a possibilidade de o cartão vermelho anular o amarelo já recebido na mesma ou em outra partida, exceto conforme o disposto no §6º desse artigo.

§9º - Em nenhuma das fases da competição os cartões serão anulados.

§10º - As sanções disciplinares para todas as equipes envolvidas que eventualmente forem aplicadas permanecem inalteradas independentemente da anulação dos resultados decorrentes do wxo, desistência e/ou eliminação de equipe.

§11º - Caso um estudante-atleta, membro da comissão técnica ou dirigente não cumpra a suspensão determinada, sua equipe será considerada perdedora da partida por wxo, além de ser eliminada da competição.

§12º - O controle da quantificação de cartões recebidos independe de comunicação oficial, sendo de responsabilidade exclusiva das equipes

participantes. Cabe ao professor ter conhecimento dos cartões por meio do acesso às súmulas eletrônicas.

CAPÍTULO IX – SISTEMA DE DISPUTA

Art. 19 – O sistema de disputa da competição será de acordo com o número de Instituições de Ensino inscritas na competição e em comum acordo na reunião técnica.

Parágrafo primeiro: O sistema de pontuação para determinar a classificação será:

Vitória: 03 pontos	Empate: 01 ponto	Derrota e/ou WxO: 00 ponto
---------------------------	-------------------------	-----------------------------------

Parágrafo segundo: A eliminação ou desistência de uma equipe não descaracteriza a chave que ela pertence. O quantitativo da chave permanece de acordo com o sorteio do chaveamento realizado.

Parágrafo Terceiro: Em caso de eliminação ou desistência de uma equipe, todos os seus resultados serão desconsiderados. Além disso, seus jogos não realizados serão cancelados.

Art. 20– As partidas poderão terminar empatadas. Em caso de empate nas colocações ao final de qualquer fase, serão adotados os seguintes critérios:

ENTRE DUAS EQUIPES	ENTRE TRÊS OU MAIS EQUIPES
<ul style="list-style-type: none"> • Cobranças de Penaltis • Maior gol average em todos os jogos; • Maior saldo de gols em todos os jogos; • Menor número de gols sofridos em todos os jogos; • Maior número de gols a favor em todos os jogos; • Sorteio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior número de vitórias; • Maior gol average entre as equipes empatadas; • Maior saldo de gols nos jogos realizados entre as equipes empatadas; • Menor número de gols sofridos em todos os jogos; • Maior número de gols a favor em todos os jogos; • Sorteio.

CAPÍTULO X – DA ARBITRAGEM

Art. 21– Compete à FEEPI, a escalação e designação dos árbitros que conduzirão esta competição, não podendo haver recusa ou veto por parte das delegações participantes.

CAPÍTULO XI – DAS PENALIDADES E PROTESTOS

Art. 22– Para o acompanhamento dos jogos, será montado uma Comissão Disciplinar Temporária CDT, que julgará as denúncias e protestos da competição.

Art. 23– Somente o técnico da Instituição de Ensino inscrito na competição poderá apresentar denúncia a CDT. A mesma deverá cumprir os prazos descritos abaixo:

- Denúncia – Qualquer fase do evento;
- Protesto – Até 1 hora após o objeto do protesto, feita na própria súmula ou documento a parte, assinada pelo Técnico da equipe.

Parágrafo Único – As denúncias e protestos deverão ser entregues pelo Técnico da Instituição de Ensino a qualquer membro da CDT ou da Diretoria da FEEPI, protocolando- a, digitados e assinados, em 2 (duas) vias, juntamente com uma taxa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Será marcada uma reunião da CDT para o julgamento e, caso o mesmo seja improcedente, **não haverá devolução da taxa.**

Art. 24– Caberá ao PROTESTANTE ou DENUNCIANTE apresentar provas que comprovem qualquer irregularidade no cumprimento deste regulamento. O prazo para apresentação das provas que fundamente a denúncia ou protesto será de até 1 (uma) hora antes do horário da reunião do CDT. Caso a equipe não apresente as provas que fundamentem sua denúncia ou protesto, o mesmo será considerado IMPROCEDENTE.

§ 1.º – A CDT caberá o direito de exigir do Estabelecimento de Ensino denunciado toda a documentação necessária para a comprovação da sua defesa, no caso de as provas apresentadas pela escola denunciante suscitarem dúvidas ou contestações. Caso o Estabelecimento de Ensino denunciado não envie o que foi solicitado no prazo estipulado pelo CDT, a escola denunciante poderá ganhar a causa. Poderá também ser solicitada a presença da pessoa – ou do grupo de pessoas – que deu motivo à denúncia.

Todos os documentos enviados ao CDT serão analisados exclusivamente pelos seus membros.

§ 2.º – O desconhecimento ou má interpretação do regulamento não eximem o infrator de culpa.

Art. 25– Poderão ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

- Advertência por escrito;
- Suspensão;
- Eliminação da Seletiva.
- Suspensão da Instituição de Ensino nas próximas competições da FEEPI.

Parágrafo Único - As pessoas de responsabilidade definida e pertencentes aos Estabelecimentos de Ensino inscritos, bem como seus torcedores presentes à competição, tempestivamente identificados, sofreram responsabilização, em caso de praticarem os atos abaixo relacionados, bem como será sumariamente desclassificada a Equipe envolvida, as quais tenham incorrido nas seguintes infrações:

- a) Prejudicar o bom andamento da competição;
- b) Promover desordens – antes, durante e depois dos jogos – nos locais onde os mesmos estão sendo realizados, assim como nas proximidades;
- c) Incentivar nos atletas o desrespeito às autoridades;
- d) Estimular a prática da violência entre os atletas;
- e) Proferir palavras ou fazer gestos ofensivos à moral;
- f) Atirar objetos nos locais dos jogos;
- g) Invadir os locais dos jogos;
- h) Participar de atos de agressão mútua entre dirigentes das escolas;
- i) Faltar com o respeito às autoridades ou dirigentes da competição;
- j) Tentar ou agredir os árbitros, demais autoridades e adversários fisicamente, com palavras e/ou gestos obsceno;
- k) Depredar as instalações ou locais dos jogos;

l) Inscrever alunos(as)/atletas irregulares.

Art. 26 – Estarão automaticamente suspensos da próxima partida, independentemente de outras penalidades, os participantes que forem desqualificados do jogo com relatório em súmula e ou receberem o cartão vermelho.

Art. 27 – Todos os participantes, que infringirem este Regulamento Geral e decisões do Comitê Organizador, ou cometerem faltas disciplinares no decorrer das competições estarão sujeitas, no que couber, às sanções previstas por este Regulamento Geral, bem como às previstas pela legislação competente em vigor.

Art. 28 – À CDT caberá aplicar de forma imediata e em procedimento sumário, sanções disciplinares, em função de infrações cometidas antes, durante e após as disputas, registradas nas súmulas ou documentos similares dos coordenadores, árbitros e etc.

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29– Deverão ser consideradas válidas somente as informações contidas neste Regulamento Geral e as que forem publicadas em boletins da FEEPI.

Art. 30– A Comissão Técnica será a autoridade máxima, durante as disputas, tendo poder para transferir ou suspender os jogos das rodadas e tomar as possíveis providências cabíveis para o bom andamento da competição.

Art. 31 – Qualquer jogo, rodada ou competição poderá ser suspensa ou transferida por motivos imperiosos, sendo que caberá à Comissão Técnica estipular a nova programação.

Art. 32 – O Comitê Organizador não se responsabiliza por acidentes sofridos ou causados antes, durante ou depois dos jogos – pelos participantes durante todo o período de realização da Seletiva.

Art. 33 – Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Técnica ou o representante da FEEPI, em conjunto com o Comitê Organizador.